

ANÁLISE



Carlos Manuel Serra, jurista
cmanuelserra@gmail.com

A educação: o grande desafio do quinquénio

Na véspera da formação do Governo que vai dirigir os destinos de Moçambique no quinquénio 2010 – 2014, é tempo para propor algumas sugestões, com base no balanço que se pode fazer do quinquénio anterior. Já antes me referi às áreas do ambiente e do desenvolvimento, hoje centrarei a minha atenção naquele que considero ser o maior desafio governamental dos próximos cinco anos – o sector da educação.

Este sector caracterizou-se, nos últimos anos, por uma preocupação fundamentalmente quantitativa, centrada no número de estabelecimentos escolares, professores e alunos. A este respeito, assistiu-se a um esforço titânico em estender a rede escolar a todo o país, depois de ter sido seriamente afectada durante a Guerra Civil dos 16 Anos. Tal preocupação resulta ainda da pressão resultante do crescimento demográfico acelerado que se verifica no país, e que nos fez atingir a cifra dos 20.500 milhões de habitantes em 2007.

Houve efectivamente um investimento digno de louvor, contudo, não isento de alguns riscos, típicos em modelos educacionais centrados em metas quantitativas – uma redução progressiva da qualidade do ensino, que culmina na cada vez menor preparação técnica e humana de docentes e discentes e, naturalmente, na banalização generalizada do ensino, chegando-se a uma autêntica situação de crise profunda e aguda.

Um exemplo paradigmático da crise que abala o sector da educação reside na opção pelo sistema das passagens automáticas a nível do ensino primário. Os alunos atingem o final do ensino primário sem dominar minimamente a língua portuguesa, não sabendo ler nem escrever, e desconhecendo dois dos pilares fundamentais deste nível da escolaridade – a tabuada e o alfabeto.

No secundário, o panorama não é melhor, não obstante o notável marco de termos conseguido instalar escolas com o nível pré-universitário em todas as capitais provinciais, havendo mesmo caso de províncias com vários distritos beneficiados. No entanto, professores muito mal preparados, com pouco mais escolaridade em relação aos seus alunos, fraca motivação e orientação profissional por parte destes, a existência de casos de corrupção e assédio sexual, a falta de condições de trabalho, a degradação das infra-estruturas e a escassez de material bibliográfico, constituem ingredientes que, uma vez combinados, em muito ajudam a compreender o actual estado da educação.

Disciplinas como física e química são leccionadas sem existirem os necessários laboratórios devidamente apetrechados; a história e a geografia são despejadas por docentes que pouco mais sabem para além do disposto nos manuais escolares; os ensinamentos da língua portuguesa, nosso idioma oficial, vão brotando da boca de quem com muitas dificuldades a aprendeu e agora a ensina; a educação física acontece num cenário em que faltam instalações desportivas, equipamento básico, bolas, cordas e outros apetrechos essenciais.

Chegados ao ensino superior, depois de uma longa e atribulada jornada, a oferta aumentou significativamente, entre mais de três dezenas de estabelecimentos públicos e privados, localizados em praticamente todas as províncias do país, mesmo fora das capitais provinciais. No entanto, os problemas persistem num contexto em que reforma alguma foi ainda levada a cabo em termos sérios, abrangentes e profundos. Em alternativa, foram importados modelos provenientes de realidades bem distintas, como é exemplo o sistema de Bolonha, sem que uma cuidadosa reflexão tenha sido preparada atempadamente ao nível interno. Mais, defende-se a integração regional sem que, antes, se tenha consumado a devida sedimentação do sistema nacional de educação.

Para os próximos cinco anos, seria de todo crucial que fossem

tomadas algumas decisões, dirigidas a inverter o actual cenário e a colocar o sector da educação no lugar que lhe é devido, tendo em consideração a importância vital na construção do desenvolvimento sustentável, bem como o seu carácter transversal, dado que todos os demais sectores dependem das opções tomadas a nível da educação, absorvendo a quase totalidade dos quadros formados nos mais diversos níveis da trajectória educacional.

Em primeiro lugar, importa reparar o erro cometido aquando da formação e composição do Governo anterior – a extinção do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, a criação do apenas Ministério da Ciência e Tecnologia e a integração do ensino superior no mega Ministério da Educação. Esta foi uma falha enorme, dado que o ensino superior requer uma atenção autónoma e especializada, nunca dissociada da ciência e tecnologia, atendendo à relação de interdependência que existe entre as duas áreas, constituindo, quer queiramos quer não, o topo de uma pirâmide que deve estar acessível apenas aos melhores estudantes que concluem o nível médio.

O Ministério extinto vinha a realizar um trabalho notável e por muitos considerado excelente, e que, tendo havido oportunidade para seguimento, teria certamente produzido resultados muito positivos. O ensino superior acabou asfixiado na amálgama do conturbado sector da educação.

A qualidade cedeu em face da preocupação com a quantidade, assistimos à abertura em massa de novos estabelecimentos de ensino superior, muitos de qualidade altamente duvidosa, sem um quadro docente devidamente qualificado e preparado, desprovidas de bibliotecas (algumas mais não têm do que uma estante com meia dúzia de livros), sem instalações à altura dos desígnios e das necessidades, nas quais a pesquisa permanece ausente, pouco ou nada se escrevendo. Vimos também o fenómeno da ampliação do número de vagas nas universidades públicas, escolas primárias foram utilizadas, no período pós-laboral, para funcionar como universidades. Já em final de mandato, foi aprovada uma nova lei do ensino superior que visou fundamentalmente responder a interesses na linha das reformas curriculares e metodológicas na linha de Bolonha.

Quer a educação quer o ensino superior merecem o devido enfoque autónomo e especializado e devem ser tratadas em termos organicamente separados. No caso do ensino superior, importa combinar esforços com o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, visto que as universidades devem ser configuradas e estruturadas como autênticas alavancas da progressão do saber, do conhecimento, da ciência e da tecnologia.

Por tais razões, defendo a criação de um Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, que galvanize esforços no sentido de elevar a qualidade do ensino nos estabelecimentos públicos e privados, promovendo uma abrangente, séria e profunda reforma no ensino, em termos ajustáveis à realidade moçambicana e aos desafios de um mundo em profunda transformação. Seria de todo importante que este Ministério tivesse o poder suficiente para dizer não aos projectos de abertura de estabelecimentos que não reúnam as melhores condições, cujo único propósito seja, de facto, ganhar dinheiro a todo custo, mas também para poder monitorar o funcionamento dos estabelecimentos existentes, podendo tomar medidas em relação aos que se encontrem a operar de forma irregular.

Deste Ministério, esperar-se-ia um importante trabalho com todos os parceiros, especialmente com o sector privado e com as organizações da sociedade civil, de modo a tornar realidade o conceito de responsabilidade social, muito pouco em voga, por enquanto, no sector do ensino superior. E termino perguntando quantas empresas, mesmo quando proprietárias de universidades, prestam apoio a projectos sociais no domínio do ensino superior, da ciência e tecnologia? ■

*O ensino superior
acabou asfixiado
na amálgama do
conturbado sector da
educação*